GETÚLIO VARGAS E O PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE

Rafael Augustus Sega*

RESUMO: A trajetória de vida de Getúlio Vargas sempre esteve associada às suas origens políticas no Rio Grande do Sul castilhista-borgista. Este artigo intenta articular uma interface entre o percurso de atuação do Partido Republicano Rio-Grandense e de Getúlio Vargas entre 1903 e 1929, por meio de discursos proferidos pelo mesmo em variadas situações.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Primeira República; Coronelismo; Castilhismo-borgismo; História do Rio Grande do Sul; Getúlio Vargas; Partido Republicano Rio-Grandense.

ABSTRACT: Getúlio Vargas's life trajectory was always associated to his political origins in the castilhista-borgista Rio Grande do Sul. This article attempts to articulate an interface between the course of performance of the Rio-Grandense Republican Party and of Getúlio Vargas between 1903 and 1929, from his speeches delivered in varied situations.

KEYWORDS: Brazil's First Republic; Coronelism; Castilhism-Borgism; Rio Grande do Sul History; Getúlio Vargas; Rio Grande do Sul Republican Party.

As trajetórias de vida de Getúlio Vargas e de institucionalização do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) começaram quase simultaneamente. O PRR foi fundado em fevereiro de 1882 por políticos gaúchos com intuito de fomentar o ideário republicano no Estado do Rio Grande do Sul. Getúlio Dornelles Vargas, por sua vez, nasceu no mesmo Estado brasileiro, em São Borja, em abril de 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas.

As famílias Vargas e Dornelles tinham destaque naquela erma região de fronteira com a Argentina na segunda metade do século XIX. O avô paterno de Getúlio, Evaristo José Vargas, lutou na Guerra dos Farrapos; seu avô materno, Serafim Dornelles, foi major de milícias insurretas e seu

* Professor de História na UTFPR, Campus Curitiba. Doutor em História pala UFRGS, 2003.

pai, Manuel, lutou na Guerra do Paraguai (ARAÚJO, 1985, p. 4) Após o conflito paraguaio, Manuel Vargas tornou-se tenente-coronel da Guarda Nacional, estabeleceu-se como estancieiro em São Borja e, em meados da década de setenta do século XIX, casou-se com Cândida Dornelles, com quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim (D'ARAUJO, 1997, p. 15).

No início da República, Manuel Vargas tornou-se o líder local do PRR em São Borja. Em 1893, combateu os maragatos na Revolução Federalista e chegou a lutar contra as tropas de Dinarte Dornelles, seu cunhado. Dentro desse meio familiar belicoso e contraditório é que Getúlio nasceu e cresceu e essa conjunção de caminhos entre Getúlio e o PRR marcaria profundamente a vida política brasileira por boa parte do século XX (DUTRA, 1999a, p. 59). A liderança local dos Vargas está relacionada à "primeira crise de hegemonia do PRR" (AXT, 2005a, p. 41), pois com a morte prematura de Castilhos em 1903, Borges teve que se apegar às lideranças locais para legitimar-se no governo de Estado e na direção do partido, concomitantemente.

Importantes fontes primárias sobre a trajetória de Getúlio Vargas no PRR foram compiladas por Carmen S. Aragonês Aita e Gunter Axt em um volume impresso pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1997, contendo todos os discursos proferidos por Getúlio entre 1903 e 1929. No presente artigo usaremos dessas fontes como objeto de análise, partindo do entendimento metodológico preconizado por Serge Berstein (1996, p. 86) de que a ideologia de um partido constitui sempre a coluna vertebral das opiniões dos membros do mesmo, por mais oligárquico que ele seja. Temos a nítida noção de que a nossa opção de escolha dos excertos dos discursos que serão analisados aqui foram feitos de maneira subjetiva, mas não aleatória, pois nossa preocupação foi recuperar alguns discursos emblemáticos de Getúlio nas hostes do PRR em momentos de crises ou de mudança ao longo dos 26 anos aludidos, mesmo porque o presente texto é um artigo acadêmico, com limitações de tamanho. Todavia, esses discursos não serão tomados no sentido meramente empírico (descritivos) e sim como uma forma de abordagem da sociedade na qual eles estavam inseridos, no arrazoado de qualquer discurso é sempre arbitrário e refere-se sempre a outra coisa que não de si mesmo, uma vez que noção ocidental de discurso político origina-se na Ágora (o verbo grego *agorein* pode ser entendido como "falar para os outros"), pois para Maria José Coracini (1991, p. 43) no discurso político, o emissor

deve ultrapassar mero "nível da convicção" e atingir o "nível da ação"; no nosso caso, o mando do PRR frente ao Estado do Rio Grande do Sul.

O PRR derivou do Clube Republicano de Porto Alegre que, em fevereiro de 1882, propôs uma convenção para eleição de uma comissão com poderes de organização de um partido republicano no Estado gaúcho. Participaram desse processo republicanos engajados como Alcides de Mendonça Lima (1859-1935), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933), Demétrio Ribeiro (1850-1933), Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891), Fernando Fernandes Abbott (1857-1924), Germano Hasslocher (1862-1911), João de Barros Cassal (1858-1903), João Cezimbra Jacques (1848-1922), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916), Venâncio Aires (1841-1885), entre outros (TRINDADE, 1979, p. 123).

O primeiro congresso do PRR aconteceu em 1883, sob liderança de Júlio de Castilhos, que passou a organizar o periódico "A Federação", impresso que se tornaria porta-voz do PRR entre 1884 e 1937. "A Federação" sempre tentou articular a divulgação do positivismo com questões políticas regionais e nacionais, além de apresentar ocorrências policiais, classificados (no período anterior à Lei Áurea de 1888, incluía-se compra e venda de escravos) e reclames comerciais (SILVA, Jandira, 1986, p. 271).

Desde sua fundação, o PRR foi influenciado pela doutrina positivista de Augusto Comte, com ênfase na racionalidade e na "regeneração" da sociedade e, para tanto, apregoava que o aparato estatal deveria se colocar acima das classes sociais para gerenciar os conflitos inerentes do desenvolvimento capitalista, mas, no fundo, essa era a justificativa para a montagem de um projeto regional profundamente autoritário de modernização conservadora (SOARES, 1998, p. 143). Ricardo Vélez Rodríguez, em seu trabalho "Castilhismo, uma filosofia da República", mostra que o castilhismo original foi, essencialmente, uma adaptação promovida por Júlio de Castilho com o intento de substituir a noção do equilíbrio de interesses do liberalismo pela idéia da moralização dos indivíduos através da tutela do Estado (Rodríguez, 2000, p.74).

Em 1889, com a proclamação da República, o PRR (representante, em boa parte, de uma pequena burguesia urbana da capital) tentou consolidar o domínio sobre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas isso não se deu de forma pacífica, pois os antigos membros do Partido Liberal (representante dos pecuaristas da campanha) também almejavam o poder e orga-

nizaram o Partido Federalista. Esse confronto resultou na "Revolução Federalista", entre 1893 e 1895, um conflito extremamente violento e que terminou com a vitória das forças do PRR e consolidou o "castilhismo-borgismo" à frente do governo estadual gaúcho (SÊGA, 2005, p. 116).

"Castilhismo-borgismo" (Franco, 2003) é a expressão mais aceita para designar a corrente política levada a cabo pelo PRR no Rio Grande do Sul durante quase toda Primeira República, consolidada a partir da doutrina professada por Júlio de Castilhos e da prática política levada a cabo por Borges de Medeiros. Castilhos foi redator de "A Federação", deputado constituinte, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e elaborador da Constituição do Estado gaúcho de 1891, já Borges manteve-se à frente do executivo gaúcho como presidente de 1898 a 1928, com interrupção entre 1909 a 1913 (gestão de Carlos Barbosa). Segundo Gunter Axt (2005b, p. 128), ao contrário do que muito se escreveu sobre a hegemonia suprema do PRR, a oposição não foi completamente extinta nos anos de Borges no poder, "pois a ameaça de um inimigo comum ativo preservava melhor a unidade interna do PRR".

Entrementes, com a vitória do PRR em 1895, Manuel Vargas galgou notoriedade militar e política, chegando à intendente (prefeito) de São Borja em 1907. Seu filho Getúlio fez seus primeiros estudos em sua cidade natal e, em 1897, rumou para cursar "humanidades" em Ouro Preto, Minas Gerais, junto a seus irmãos mais velhos, que já estudavam lá, mas, no ano seguinte, os três voltaram para sua terra natal em função de uma briga envolvendo estudantes gaúchos e paulistas, cujo resultado foi a morte de um jovem desafeto dos Vargas (FAUSTO, 2006, p. 23).

Diante de um começo conturbado em seus estudos secundários, Getúlio decidiu, em 1899, tentar a vida castrense e alistou-se no Sexto Batalhão de Infantaria de São Borja, aonde chegou a segundo sargento. No início de 1900, matriculou-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, com vistas à oficialidade. Porém, logo em seguida saiu da escola, alegando solidariedade a colegas que tinham sido expulsos por causa de um incidente disciplinar (MEDEIROS, 1998). Contudo, Getúlio ainda assentou praça no 25º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre. No início de 1903, quando Getúlio estava prestes a deixar o Exército, eclodiu uma ameaça de confronto militar entre Brasil e Bolívia, motivada pelo domínio do Acre, e ele chegou a ficar aquartelado no Mato Grosso; mas, nesse caso, a diplomacia prevaleceu pelo Tratado de Petrópolis e a guerra não vingou (SILVA, Hélio, 2004, p. 28).

Logo que saiu do Exército, Getúlio completou seus estudos secundários e ingressou na Faculdade de Direito Livre de Porto Alegre como ouvinte (CARRAZZONI, 1943, p. 29). Deveras, Getúlio fez sua iniciação na política gaúcha em 31 de outubro 1903, quando seus colegas acadêmicos escolheram-no para discursar na sessão fúnebre de sete dias em homenagem a Júlio de Castilhos:

> Júlio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é grande, é grande porque é sábio, é sábio porque quando o Brasil inteiro debate-se na noite trevosa da dúvida e da incerteza, quando outros Estados cobertos de andrajos com as finanças desmanteladas, batem às portas da bancarrota, o Rio Grande é o timoneiro da Pátria, é o santelmo brilhante espargindo luz para o futuro. (VARGAS, 1997, p. 66).

Nesse primeiro excerto podemos reparar um jovem de 21 anos com um vocabulário bem elaborado e com um texto bem montado, características bem marcantes em Getúlio pela vida afora. Esse discurso de Getúlio pode ser considerado uma das balizas iniciais da construção da imagem de Júlio de Castilhos como patriarca e mentor do republicanismo gaúcho. Segundo Loiva Otero Félix (1996, p. 21), "Castilhos teve seu carisma ´fabricado` pela necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria para legitimar e justificar uma identidade".

No início de 1904, Getúlio se matriculou como aluno regular e logo passou a reforçar seu entusiasmo castilhista-borgista (FREITAS & LARANGEIRA, 2003). Contudo, se politicamente Getúlio se identificava com os positivistas gaúchos, intelectualmente, seus autores prediletos eram Conde de Saint-Simon, Arthur Schopenhauer, Herbert Spencer, Friedrich Wilhelm Nietzsche, Charles Darwin e Émile Zola (BRANDI, 2001, p. 5899).

Em 15 de agosto 1906, seus colegas acadêmicos escolheram-no outra vez para discursar, dessa vez para o presidente eleito Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909):

> Tremula neste préstito o alegre ondular das bandeiras simbólicas. Um é o estandarte glorioso desfraldado pelos heróis de 35. Outro é o lábaro da liberdade mineira que envolvera o martirológio dos Inconfidentes, e, finalmente, o pendão da Pátria Brasileira, integração dos sentimentos nacionais. (VARGAS, 1997, p. 67).

Nota-se nesse trecho a importância da articulação política com o governo federal, por meio da identificação da terra gaúcha com a dos inconfidentes (Afonso Pena era mineiro). Outro ponto a destacar é a referência à

Revolução Farroupilha, Sandra Pesavento (1980, p. 80) mostra-nos que tanto o PRR quanto seus opositores sempre buscaram vincular-se aos "ideais de 1835" e ao "decênio heróico", como uma forma de "impor seus valores e justificar seu poder".

No ano seguinte, Getúlio ingressou efetivamente na política partidária, filiando-se ao PRR, ao lado de um grupo de estudantes que ganhariam notoriedade mais tarde na política nacional. Joseph Love (1975, p. 234) chamou esse grupo de jovens acadêmicos de "Geração de 1907", formado, principalmente, por Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho.

Ainda no ano de 1907, os remanescentes do Partido Federalista promoveram uma grande campanha em torno da candidatura de Fernando Abbot para a presidência do Rio Grande do Sul. Ressabiado, Borges achou melhor não se candidatar ao terceiro mandato e indicou para o pleito seu correligionário Carlos Barbosa Gonçalves. Para dar respaldo a essa iniciativa, Getúlio fundou com seus colegas o "Bloco Acadêmico Castilhista" (FONTOURA, 1958, p. 91) em apoio à candidatura do PRR:

> O Rio Grande do Sul assiste neste instante a uma nova hégira: são ovelhas desgarradas que voltam ao aprisco trazidas aos ombros de um bom pastor, são corações transviados que murmuram o *confiteor*, são filhos pródigos que regressam aos lares depois de ter sentido a trave de todas as amarguras, é enfim o Partido Republicano articulado, visceralmente unido aos mesmos princípios que tem feito sua grandeza, formando um quadrado de honra em torno da obra portentosa do *Mestre Imortal*. (VARGAS, 1997, p. 78).

O trecho acima, redigido por Getúlio, foi retirado do "Manifesto Político dos Acadêmicos Castilhistas do Rio Grande do Sul", publicado em "A Federação" em 27 de abril de 1907, e mostra bem o engajamento de Getúlio com a causa castilhista em um momento de ruptura (Fernando Abbot era um ex-membro do PRR), nesse caso o texto conclama os dissidentes a retornarem à inexpugnável cidadela castilhista (pelo menos essa idéia é passada e Castilhos é chamado de "mestre imortal"), por meio de uma oração na qual se reconheçam diante de Deus como pecadores ("confiteor"). Hélgio Trindade (1980, p. 84) ressaltou que essa dissensão no interior do PRR viria estimular a reorganização dos dissidentes, cujo grande articulador foi Joaquim Francisco de Assis Brasil. Já Gunter Axt (2005a, p. 43) considera o engajamento de Getúlio contra a candidatura de Abbot o

marco inicial de sua carreira no PRR e a reafirmação do poder dos Vargas em São Borja.

Tal bloco acabou contando também com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que viriam a ganhar destaque mais tarde na vida nacional: Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956). O senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) apoiou os jovens estudantes e ajudou-os a lançar o jornal "O Debate", no qual tinha sua redação secretariada por Getúlio, que se formaria em Direito ao final do célebre ano como orador da turma. Luiz Alberto Grijó (1998, p. 78) destacou que a conclusão de um curso superior (de preferência Direito, mas Lindolfo Collor era farmacêutico) tornou-se uma espécie de "rito de passagem" e passou a ser quase uma prerrogativa para galgar os postos mais avançados do PRR e do governo gaúcho.

O destaque adquirido por Getúlio na eleição de Carlos Barbosa fez com que Borges o nomeasse como segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, no início de 1908 (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 18). Nesse tempo, os promotores eram nomeados e o cargo era considerado o primeiro degrau da carreira política no PRR (BISCHOFF & SOUTO, 2004, p. 20).

Logo em seguida, Getúlio seria incluído na lista dos candidatos do partido à Assembléia dos Representantes (legislativo estadual gaúcho à época), essa casa de leis tinha suas prerrogativas bem cerceadas, diante da hipertrofia do executivo gaúcho e os trabalhos da mesma acabava limitando-se se reunir três vezes ao ano com o único intuito de votar orçamento e verificar as contas do governo estadual (PICCOLO, 1998, p. 197).

Eleito deputado estadual em março de 1909, Getúlio aproveitou os largos de período de ociosidade parlamentar para levar adiante sua carreira de advogado em São Borja, largando o Ministério Público. No início de 1911, casou-se com Darci Lima Sarmanho e, desse casamento, nasceram os filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio (BRANDI, 2001, p. 5899).

Passemos a um trecho de um dos primeiros pronunciamentos parlamentares de Getúlio:

> Sr. Presidente, acho que a proposta do nosso ilustre Colega Dr. Alcides Cruz tem toda a oportunidade e vem ao encontro dos desejos e das aspirações dos republicanos rio-grandenses. A república em Portugal está vitoriosa. Parece que um abalo sísmico, uma dessas profundas convulsões geológicas abalou, de um extremo a outro, o solo português, esse velho solo sagrado, onde outrora aportaram as naus dos navega-

> dores fenícios e dos marinheiros da Jônia. Esse velho solo sagrado por onde passou a onda tumultuária dos celtas, dos cartagineses, dos visigodos e dos árabes, mas em cuja fusão preponderou a alma latina, sonhadora e altiva, que vulgarizou a arte e instituiu o direito. (VARGAS, 1997, p. 108).

O excerto acima, pronunciado por Getúlio na Assembléia dos Representantes na 10ª Sessão, em 10 de outubro de 1910, demonstra bem o marasmo das sessões plenárias dessa legislatura, na qual figuram apenas seis sessões, assuntos fora do cotidiano do Rio Grande do Sul, como a república em Portugal, são objetos de debate em uma assembléia estadual. Novamente recorremos à análise de Hélgio Trindade (1980, p. 84): "configura-se um período de governo de natureza transitória e sem iniciativa política definida".

Entretanto, em 1913, Getúlio começou a mostrar suas convicções e personalidade fortes ao renunciar seu novo mandato de deputado estadual, diante da intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira do Sul. As relações dele com Borges ficaram abaladas por alguns anos:

> Se alguma intervenção tive nesse incidente foi no sentido de evitar que esses votos (recebidos a mais em São Borja) se fizessem da maneira por que o foram. Não os solicitei de ninguém, do mesmo modo que não solicitei este mandato, nem alguém o solicitou por mim; não. Recebi-o como uma investidura de confiança política do chefe do meu partido, mas, uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, devolvo-o a esse mesmo chefe que mo confiou, para que este dele faça o uso que lhe aprouver. (VARGAS, 1997, p. 119).

O trecho acima mostra um Getúlio irritado nessa sessão plenária (9ª sessão de 06 de outubro de 1913), na qual ele tem altercações pouco delicadas com seus pares. Gunter Axt (2002, p. 121) esclarece os motivos da irritação de Getúlio: nas eleições de 1913, o pai de João Neves da Fontoura, o coronel Isidoro Neves da Fontoura resolveu modificar as cédulas eleitorais em Cachoeira, suprimindo o nome de um adversário. Borges considerou isso um gesto de rebeldia e obrigou Isidoro a renunciar. Em solidariedade ao pai cassado de um amigo tão próximo, Getúlio resolveu abdicar seu novo mandato.

No interregno 1915-16, segundo Gunter Axt (2005a, p. 45-6) ocorreu a "segunda crise de hegemonia do PRR", com a indicação do marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) ao senado no lugar de Ramiro Barcellos, que acabou rumando para oposição. Barcellos ficou célebre pela autoria

atribuída (sob pseudônimo de Amaro Juvenal) do "poemeto campestre" *Antônio Chimango*, uma de sátira política ao estilo do poema gauchesco *Martín Fierro*, no qual se dá a narrativa crítica e jocosa de fatos que se passam no cotidiano de uma estância (o Rio Grande do Sul). O protagonista é o capataz Antônio Chimango (Borges de Medeiros) "magro como lobisome/ mesquinho como o demônio", cujo interesse é dominar os peões em nome do coronel Prates (Júlio de Castilhos) (LOVE, 1975, p. 183; RODRÍGUEZ, 2000, p. 211-27).

Todavia, acalmados os ânimos, Getúlio se viu obrigado a se reaproximar de Borges em razão de um processo judicial contra seu irmão Viriato, acusado de assassinato de Benjamin Torres. Diante da reaproximação, Borges acabou ofertando a Getúlio sua inclusão na lista de candidatos a deputados estaduais, vindo a ser eleito em 1917, iniciando um período proeminência nos quadros do PRR, com destaque a um pronunciamento seu contra as Potências Centrais no palco da Primeira Guerra Mundial (que provocou "palmas nos recintos e nas galerias"):

> O Brasil foi sempre uma nação pacífica, atestado pela sua história, pelas suas tradições políticas, consagrando em sua lei básica a obrigatoriedade do arbitramento para a solução dos conflitos internacionais. Obrigados, ante a gravidade da ofensa recebida, a tomar uma atitude compatível com os nossos brios, com as nossas tradições de povo livre, foram estas bem interpretadas pelo Governo da República, assumindo uma posição defensiva, ao pedir, como represália, a declaração do estado de guerra e aprendendo um navio da esquadra alemã ancorado em nosso porto. (VARGAS, 1997, p. 121).

No texto ora visto, da 30ª sessão de 27 de outubro de 1917, notamos um Getúlio que inaugura seus trabalhos após quatro anos de afastamento sem mencionar seu período de ostracismo e partindo diretamente para um discurso que ficaria célebre pela conclamação que ele faz para que todos abracem o repúdio aos alemães e seus aliados nas trincheiras do Velho Mundo. Nesse mandato, a atuação de Getúlio também ficou notabilizada pela defesa na obtenção de créditos do Estado do Rio Grande do Sul junto ao governo federal e também pelo resguardo da intervenção do Estado na economia.

Getúlio reelegeu-se tranqüilamente para Assembléia dos Representantes em 1921, contudo, no nível nacional o quadro político estava conturbado com o lançamento da candidatura de Artur da Silva Bernardes (1875-1955) para a presidência da República pelo bloco governista paulista-mineiro (PENNA, 1999, p. 155)

Cansado da política de valorização do café, Borges resolveu apoiar Nilo Peçanha, candidato dissidente lançado pela "Reação Republicana", composta pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (LOVE, 1975, p. 216). Mas Bernardes acabou vencendo o pleito e isso desencadeou revoltas nunca vistas antes no seio da jovem oficialidade do Exército, mas o PRR acabou defendendo a ordem institucional e não se envolveu nas rebeliões "tenentistas":

> O Partido Republicano do Rio Grande do Sul tem sempre mantido a sua tradição conservadora de obediência às leis, dentro do regime federativo presidencial. Não há nenhum motivo, nenhum indício de que nos desviássemos dessa conduta. Em todas as circunstâncias o Governo Federal tem recebido do Rio Grande do Sul republicano o auxílio moral, intelectual e material. E, mesmo quando divergimos do critério seguido por este, é no intuito de obediência ao regime e de defesa da autonomia dos Estados. (VARGAS, 1997, p. 254).

Essa sessão, de 1º de novembro de 1922, é tensa, contando com altercações de vários deputados denunciando um movimento de tropas federais no Estado do Rio Grande do Sul fora do normal. Todavia, mesmo em face de uma "autonomia abalada", Getúlio prefere fazer uma profissão de fé à nacionalidade brasileira, afastando-se dos separatistas de plantão. Gunter Axt (2005a, p. 46) considera esse período como o da "terceira grave crise de hegemonia do borgismo", marcada por empréstimos junto aos bancos locais por parte do governo gaúcho, que causou diminuição da circulação de moedas no Estado mais meridional da União, inflação regionalizada, especulação, execução de hipotecas de propriedades rurais e aumento de impostos. Esse quadro conturbado favoreceu o lançamento de uma chapa de oposição ao governo estadual.

Em fins de 1922, Getúlio foi eleito deputado federal, mas adiou sua ida ao Rio de Janeiro em função da situação interna do Rio Grande do Sul para a eleição do quinto mandato de Borges. A oposição aglutinou os federalistas, os dissidentes republicanos e os democráticos, uniram-se em torno de Joaquim Francisco de Assis Brasil. A eleição aconteceu novembro de 1922, com boatos de levantes da oposição e acusações de fraude dos dois lados. (LOVE, 1975, p. 218).

Nessa ocasião, Getúlio foi designado para presidir a Comissão de Constituição e Poderes da Assembléia, com prerrogativas de apurar os votos e proclamar o candidato vencedor. Borges foi anunciado reeleito no início do ano seguinte, em meio de uma série de rumores de que Getúlio

não teria tido coragem de relatar ao chefe do PRR que ele não havia conseguido o número suficiente de votos que a Constituição estadual exigia para a vitória (FAUSTO, 2006, p. 31).

A oposição não aceitou mais essa investida do PRR calada e no início do ano de 1923, Assis Brasil e seus correligionários insurgiram-se contra Borges, provocando mais uma guerra civil no Estado. Getúlio chegou a ser nomeado tenente-coronel por Borges, assumindo o comando do Sétimo Corpo Auxiliar de São Borja, mas não chegou a lutar, pois teve que rumar para o Rio de Janeiro para assumir uma vaga na Câmara Federal. A peleja só terminaria em dezembro de 1923 com o "Tratado de Pedras Altas", que estabeleceu que Borges poderia permanecer até o final do mandato em 1928, mas com os impedimentos da reeleição, da indicação de intendentes (prefeitos) e do vice-presidente do Estado (LOVE, 1975, p. 223).

Os primeiros trabalhos de Getúlio como deputado federal voltaram-se contra uma intervenção federal no Estado do Rio Grande do Sul em razão dos resquícios da guerra civil:

> Nós, os rio-grandenses, que auxiliamos a organização e a consolidação da República, nos sentimos perfeitamente a gosto dentro desse regime. Desde que o Brasil dividiu o seu seio, quebrando o padrão da unidade monárquica, para organizar-se em 20 Estados autônomos, nós, rio-grandenses, nos sentimos presos por laços indissolúveis a essa organização, que devemos defender em qualquer terreno. (...) A derrota dos rebeldes que, em São Paulo, ergueram o colo da revolta, tem para nós o significado de uma profunda lição. (VARGAS, 1997, p. 414).

Nessa sessão, de 24 de julho de 1924, Getúlio enaltece o patriotismo gaúcho e tira o foco da atenção do Rio Grande do Sul e o desvia para São Paulo, onde estava ocorrendo a "Revolução Esquecida", comandada pelo general Isidoro Dias Lopes (1865-1949), que havia sido deflagrada na capital paulista no dia cinco daquele mês, ocupando a mesma, e que acabaria sendo o germe da Coluna Prestes-Miguel Costa (DULLES, 1967, p. 37-8).

Reeleito deputado federal, Getúlio assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara e passou a apoiar as iniciativas discricionárias do presidente Artur Bernardes contra os tenentes, entre elas a proposta de revisão da Constituição Federal de 1891:

> Feita a República, que foi o grande ideal nacional, consagradas as mais amplas conquistas liberais, com a Constituição de 24 de fevereiro, resta-nos apenas a realização dos grandes problemas nacionais para que o Brasil possa descrever a curva harmônica do seu progresso.

> Esses problemas têm constituído a preocupação patriótica do Governo da República, e têm sido largamente discutidos nessa Câmara, ainda esse ano, nos notáveis pareceres apresentados pelos Relatores das diferentes Comissões e nos discursos de todos os brilhantes espíritos que aqui se têm ocupado do assunto. (VARGAS, 1997, p. 474).

Essa sessão, de 18 de novembro de 1824, além dos assuntos legais vistos acima é encerrada com uma fala de Getúlio na qual mostra de maneira exemplar sua visão de mundo frente à sociedade brasileira:

> A opinião pública não é a opinião dos desocupados, não é a opinião dos gritadores de esquina, dos vulgarizadores de boatos, dos eternos descontentes que fazem dos seus desastres pessoais, motivos de calamidades públicas. A opinião pública tem que ser representada pelas camadas profundas da sociedade, pela expressão das nossas altas relações comerciais, pelas classes conservadoras, pelos que laboram nas indústrias, pelos que aram a terra, pelos que apacentam os rebanhos, por todos os que trabalham e produzem e que precisam de paz e ordem como garantia precípua e remuneradora de seus esforços. (VARGAS, 1997, p. 475).

Entrementes, para encerrar a análise dos primeiros mandatos de Getúlio como deputado estadual e federal, recorremos mais uma vez a Ricardo Vélez Rodríguez, mas em outro trabalho, "O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar", no qual ele demonstra que foi na Câmara Federal que Getúlio fez suas primeiras leituras da obra de Oliveira Vianna, "que o levou a descobrir a dimensão nacional e lhe permitir supera o ranço de regionalismo sul-rio-grandense" (RODRÍGUEZ, 2005, p. 33).

Em 1926, Getúlio assumiu a pasta da Fazenda (ele já havia trabalhado antes com matéria econômica, como integrante da Comissão de Finanças da Câmara Federal) do sucessor de Artur Bernardes, Washington Luís, com o intuito de reaproximar o Rio Grande do Sul com o poder central:

> O Brasil está quase isolado do continente, com o seu sistema caquético de emitir papel desvalorizado, isto é, sem base metálica. Jamais um programa financeiro foi lançado com tanta oportunidade como este. Tudo porém será feito a seu tempo, oportunamente, não havendo motivos para terrores nem sobressaltos. Ninguém mais duvida de preponderância dos interesses econômicos e financeiros, no ritmo da vida universal. (VARGAS, 1997, p. 499).

O período de Vargas no Ministério da Fazenda durou pouco mais de um ano e foi marcado por medidas protecionistas, pela reforma monetária que instituiu o retorno do padrão-ouro e a criação da "Caixa de Es-

tabilização", com objetivo de controle da emissão do papel-moeda, como vemos no texto acima, retirado de "A Federação" de 26 de novembro de 1926.

Em meados de 1927, Borges a contragosto indicou as candidaturas de Getúlio e João Neves da Fontoura para presidente e vice do Estado gaúcho, respectivamente. Todavia, o candidato da preferência de Borges era Simões Lopes (AXT, 2002, p. 122). A "Aliança Libertadora" (oposição fundada em 1924 por federalistas e dissidentes republicanos) preferiu não concorrer, por acreditar na possibilidade de um governo mais conciliador nas mãos de Getúlio (LOVE, 1975, p. 233).

Nos discursos dirigidos à Assembléia dos Representantes por Getúlio na função de presidente do Estado do Rio Grande do Sul preponderam questões orçamentárias. Contudo, ao final da sessão de 24 de setembro de 1928, Getúlio encerra dessa forma:

> Eis, Srs. Representantes, em narração sucinta, as principais realizações que o Governo atual, no período de oito meses, projetou no campo da atividade administrativa, e o informe das ocorrências mais salientes do ano findo, sob a direção fecunda, segura e previdente do meu ilustre antecessor. (VARGAS, 1997, p. 564).

No trecho acima vemos Getúlio referir-se à última gestão de Borges de "direção fecunda, segura e previdente". Mas essa é mais uma encenação tipicamente getuliana, pois logo que assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul, no início de 1928, procurou limitar a interferência de Borges na sua administração. A primeira medida nessa direção foi a nomeação pessoal dos secretários de Estado, ignorando as indicações feitas por Borges (FRANCO, 1993, p. 14).

Getúlio deu uma nova orientação ao governo estadual gaúcho: incentivou a lavoura de arroz e a produção de charque, investiu em infra-estrutura, fundou o Banco do Rio Grande do Sul (o BERGS, com finalidade de concessão de créditos hipotecários) e contraiu um empréstimo de 42 milhões de dólares para sanear as finanças de um Estado bem perto da insolvência. No caso do charque gaúcho, Getúlio obteve junto ao Congresso Nacional a autorização da "Lei Desnacionalização", que considerava estrangeiro todo charque que transitasse por território uruguaio, independente da procedência. Com vistas a amainar os ataques da oposição, Getúlio incluiu na sua administração membros do Partido Libertador (sucessor da Aliança Libertadora), algo impensável nos tempos de Borges. No fundo, Getúlio almejava unir o Rio Grande do Sul em torno de sua candidatura à

presidência da República ao criar um novo pacto político-econômico. O antigo pacto borgista, composto pela proeminência das frações "mercantil-financeira urbano-litorânea" (comerciantes e banqueiros de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) deu lugar a um rearranjo que passou a resgatar o papel dos pecuaristas da campanha e incluir a incipiente burguesia industrial gaúcha (AXT, 2005a, p. 52-7).

A alternativa de Getúlio como candidato à presidência em 1930 surgiu de uma ruptura de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o pacto político oligárquico nacional. O presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrada, seria o candidato natural após a gestão do "paulista" Washington Luís, mas esse preferiu dar apoio a Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP). Estava plantada a semente da cizânia que resultaria no movimento insurrecional que conduziria Getúlio Vargas ao poder presidencial em 1930 (FAUSTO, 2006, p. 35).

À guisa de conclusão, nossa preocupação foi levar em conta o pressuposto de que os discursos políticos procuram criar uma representação ideológica que aponta para uma ordem, visando organizar os elementos que constituem uma sociedade como um todo. Com efeito, as fontes primárias por nós utilizadas aqui são "oficiais", proporcionando ao historiador um acesso parcial da realidade social, mas isso não inviabiliza uma análise adequada das mesmas, desde que as tratemos como uma espécie de "via de acesso" a um contexto maior. É falacioso atribuir ao jogo político dos partidos no parlamento a noção de que ele não passa de um conjunto de ações conspiratórias de uma classe dominante que só visa seus interesses. Nada mais falso. Apesar de estarem sujeitos a diversas maneiras de pressão, os partidos políticos devem ter eficácia simbólica, assumir posturas coerentes e dar respostas convincentes à sociedade na qual estão inseridos, já que os mesmos não orbitam fora delas. Procuramos esboçar, ao longo do presente artigo, um quadro de análise historiográfica e de conteúdo de alguns discursos políticos de Getúlio Vargas entre 1903 e 1929 em cargos oriundos dos quadros do PRR, com o intuito de captar seu engajamento com o projeto político desse partido. Acreditamos, por fim, que essa formação seria base, em boa parte (mas não a única) de sua atuação como presidente do Brasil mais tarde: culto à personalidade, autoritarismo, racionalidade administrativa, equilíbrio orçamentário, valorização das relações pessoais no poder, cooptação, civismo, repúdio ao liberalismo, desenvolvimentismo conservador, intervenção do Estado na economia e paternalismo com a classe operária.

Recebido em 23/07/2008
Aceito em 17/10/2008

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Rubens V. *Os Vargas*. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

AXT, Gunter. "O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

_____. "A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado". Em: AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história*: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005a.

_____. "Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder". Em: AXT, Gunter et alii (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005b.

BERSTEIN, Serge. "Os partidos políticos". Em: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

BISCHOFF, Alvaro & SOUTO, Cíntia V. "Getúlio Vargas e o Ministério Público (1908-1909)". *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 53, 2004.

BRANDI, Paulo. "Getúlio Vargas – verbete". Em: ABREU, Alzira A.; BELOCH, Israel et alii (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5 volumes.

CARRAZZONI, André. *Perfil do estudante Getúlio Vargas*. 2. ed. Rio de Janeiro: A Noite, 1943.

CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo* : o discurso subjetivo da ciência. Campinas: Pontes, 1991.

D'ARAUJO, Maria C. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. "Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização". Em: AXT, Gunter et alii (orgs.). *Da vida para a história*: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FONTOURA, João N. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FRANCO, Sérgio da C. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. "Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo". *Métis*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, 2003.

FREITAS, Décio & LARANGEIRA, Álvaro. *A serpente e o dragão, dissertações acadêmicas de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*.São Paulo: Perspectiva, 1975.

MEDEIROS, Laudelino T. "Getúlio Vargas na Escola de Rio Pardo". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. "RS: historiografia e ideologia". Em: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICCOLO, Helga I. L. "O autoritarismo de Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas: a 'gauchização' da política brasileira no pós-1930". Em: TARGA, Luiz R. P. (org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE/UNIVATES, 1998.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

_____. "O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar". In: AXT, Gunter et alii (orgs.). *Da vida para a história*: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público, 2005.

SÊGA, Rafael A. *Tempos belicosos, a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005.

SILVA, Hélio. *Getúlio Vargas, uma biografia política*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA, Jandira M. M. da et alii *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SOARES, Mozart P. *O positivismo no Brasil, 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

TRINDADE, Hélgio. "Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)". Em: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1891-1937*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Discursos (1903-1929)*. Em: AITA, Carmen & AXT, Gunter (orgs.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997.